

Dívida: a dura briga pelos dólares do acordo.

Alguns banqueiros foram chegando para a reunião de emergência convocada pelo Brasil diretamente do aeroporto, de malas à mão. Um deles "estragava o domingo", porque, como antecipava, já no sábado, "não alcançaremos um acordo ainda tão facilmente".

Os brasileiros reuniram-se primeiro nos escritórios de advocacia Arnold e Porter, perto do escritório dos advogados dos banqueiros, Shearman e Sterling. Depois, vieram caminhando, sob um frio de seis graus negativos. Fernando Milliet, o presidente do Banco Central, parou por um instante para dizer aos dois repórteres que o esperavam que não tinha expectativas de um acordo sobre os dois principais pontos das negociações: quanto os credores darão de dinheiro novo no pacote de médio prazo, cobrindo o período de 1987, 1988 e o primeiro trimestre de 89, e qual deverá ser o spread (taxa de risco).

Antônio de Pádua Seixas, diretor da área de dívida externa do Banco Central, não quis também arriscar nenhuma previsão. Mas prometeu aos repórteres que abriria as janelas para que pudessem ser observados enquanto negociavam, no primeiro andar de um prédio da rua Lexington e 53, em Manhattan, diante do Citicorp Center.

Daí a pouco, Pádua Seixas aparecia à janela da sala destinada ao Brasil nestas negociações iniciadas no dia 13 de outubro, poucos dias antes da queda histórica da Bolsa de Nova York, e menos de um mês depois da apresentação do plano brasileiro para o comitê assessor dos bancos credores, em Washington. Fazia o sinal de positivo com o polegar. E as cenas da reunião de emergência apareciam através das janelas. Primeiro, reuniram-se todos na grande sala do meio, e em uma hora já se separavam para consultas. Algumas pessoas podiam ser vistas ao telefone.

Trunfo Brasileiro

A reunião de ontem foi obtida pelo minis-

tro Mailson da Nóbrega em seus contatos com o governo americano, em Washington, e com os principais credores do Brasil, em Nova York, na semana passada. O objetivo dela é o de fixar a quantia de dinheiro novo do pacote de médio prazo, que os banqueiros querem limitar em US\$ 5 bilhões, mas que o Brasil acha insuficiente, contrapondo US\$ 6.6 bilhões.

O Brasil também quer um spread que no mínimo seja igual ao cobrado do México, ou 0.8125, enquanto a oferta dos banqueiros é 0.0625 mais alta, ou 0.875.

O trunfo que o Brasil tem nas mãos, além do apoio americano obtido ao decidir-se por uma negociação tradicional da dívida, incluindo a volta ao FMI, seria a promessa de um pagamento de juros imediato. Isto significará extrair US\$ 580 milhões das reservas cambiais brasileiras, para quitar o mês de janeiro. O ministro Mailson da Nóbrega ainda deixou claro aos credores que o Brasil poderá pagar os juros de fevereiro e de março, mas que, para manter-se em dia, daí em diante, terá que obter um empréstimo-ponte.

O banqueiro que lamentou "que estragaria o domingo" para comparecer à reunião de emergência acertada entre o ministro Mailson da Nóbrega e os principais credores do Brasil, na semana passada, explicou que "há muita resistência de alguns bancos melhor provisionados contra a dívida brasileira. São os bancos regionais americanos, os europeus e japoneses. Eles não querem pôr mais dinheiro no Brasil, apesar da boa impressão causada pelo novo ministro brasileiro".

Este mesmo banqueiro, que só falou com a condição de que não fosse identificado, pois participa diretamente das atuais negociações, "vários dos importantes bancos também estão querendo que o Brasil conclua um acordo formal com o FMI antes que desembolsem mais algum empréstimo". A seu ver, porém, isto não

constituiria um problema maior porque os desembolsos do acordo de médio prazo sendo agora negociados, e o do FMI, cujas negociações começarão em março/abril, ocorrerão simultaneamente, em junho.

Milliet volta

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, voltará ao Brasil, durante esta semana, para participar da reunião do Conselho Monetário Nacional. Isto pode funcionar, junto com a oferta de pagamento dos juros de janeiro, como um meio de pressionar os banqueiros a uma decisão rápida, que se esperava para ontem, quando todos foram convocados de emergência. A impressão era a de que quem chegava com sacolas de viagem esperava não ter que pernoitar em Nova York. Mas estas negociações já provaram não obedecer a nenhuma previsão, na medida em que as consultas devem ser feitas em várias capitais do mundo, e em diferentes fusos horários.

Bill Rhodes, o presidente do comitê assessor dos bancos credores, falava em mais três semanas. O time de negociadores brasileiros achava, no final de semana, que um acordo sobre os dois pontos principais de impasse do pacote de médio prazo pode sair a qualquer momento, "mas não depende de nós". Se um acordo, afinal, for alcançado, as negociações não acabarão:

"Aí teremos uma infinidade de minúcias jurídicas para resolver" — lembra um dos brasileiros que ficarão para acompanhar o rascunho do texto do acordo, depois do qual se terá que obter a massa crítica, ou a confirmação de adesão dos bancos, que no acordo provisório deu inúmeros problemas, com a desistência do Kuwait. Só então é que o dinheiro obtido agora começará a ser desembolsado. Moisés Rabinovici, de Nova York

Moisés Rabinovici, de Nova York